



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**13/08/2013**

# INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DECISÕES.....	1
1.2. VARAS CRIMINAIS.....	2 - 3
2. JORNAL AQUI	
2.1. DESEMBARGADORES.....	4
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. CASO DÉCIO SÁ.....	5 - 6
3.2. DESEMBARGADORES.....	7 - 8
4. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
4.1. CASO DÉCIO SÁ.....	9
4.2. COMARCAS.....	10
4.3. DESEMBARGADORES.....	11 - 12
4.4. VARAS CRIMINAIS.....	13
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
5.1. CASO DÉCIO SÁ.....	14
5.2. DECISÕES.....	15 - 16
5.3. DESEMBARGADORES.....	17 - 22
5.4. TJ-MA 200 ANOS.....	23 - 25
6. JORNAL EXTRA	
6.1. DESEMBARGADORES.....	26 - 28
7. JORNAL O DEBATE	
7.1. DESEMBARGADORES.....	29 - 30
7.2. TJ-MA 200 ANOS.....	31
8. JORNAL O IMPARCIAL	
8.1. CASO DÉCIO SÁ.....	32
8.2. DESEMBARGADORES.....	33 - 34
8.3. SEM ASSUNTO.....	35 - 36
9. JORNAL O QUARTO PODER	
9.1. DESEMBARGADORES.....	37 - 38
9.2. TJ-MA 200 ANOS.....	39
10. JORNAL PEQUENO	
10.1. CASO DÉCIO SÁ.....	40
10.2. COMARCAS.....	41
10.3. DECISÕES.....	42 - 43
10.4. DESEMBARGADORES.....	44 - 45
10.5. PUBLICIDADE LEGAL.....	46
10.6. TJ-MA 200 ANOS.....	47

## **OFICIAIS DE JUSTIÇA SOMENTE PODERÃO OCUPAR CARGOS NAS CENTRAIS DE MANDADOS**

A permanência de oficiais de Justiça à disposição em cargos comissionados ocorrerá somente nas Centrais de Mandados das comarcas de São Luís e Imperatriz, conforme decisão unânime do Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão .

## **IRMÃOS NÃO COMPARECEM A JULGAMENTO, MAS SÃO CONDENADOS PELO JÚRI POPULAR**

Os irmãos Ozael Costa Santos, Boaz Costa Santos e José Paulo Silva Santos Filho foram condenados, no 2º Tribunal do Júri de São Luís, pelo assassinato de José Maria da Cruz Ribeiro. Eles devem cumprir a pena em regime fechado, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, e não poderão recorrer da decisão em liberdade. A vítima foi morta a pauladas e pedradas na cabeça, na madrugada do dia 09 de dezembro de 2001, na Cidade Olímpica.

## **CONDENADO A 33 ANOS DE RECLUSÃO HOMEM QUE MATOU RAPAZ E FERIU MÃE DA VÍTIMA**

O 4º Tribunal do Júri de São Luís condenou José Alan dos Santos Furtado a 33 anos e um dia de reclusão, pelo assassinato de Elton Marques Santos e tentativa de homicídio contra a mãe do rapaz, Tereza de Jesus Marques, em abril de 2002, na Cidade Operária. A pena deve ser cumprida em regime fechado, em Brasília (DF), onde o acusado já se encontra preso por outro crime.

► POLÊMICA

# "PAPO FURADO"

Desembargador e juiz da Vara de Execuções dizem que conversa entre traficantes para virem para o Maranhão não tem sentido

O desembargador Froz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), e o juiz Carlos Roberto Oliveira de Paula, da 1ª Vara de Execuções Penais, prestaram esclarecimentos sobre a matéria veiculada na noite de domingo, no programa Fantástico, da Rede Globo, que noticiou uma conversa entre os traficantes Fernandinho Beira Mar e Marcinho VP e uma possível transferência para uma prisão do estado.

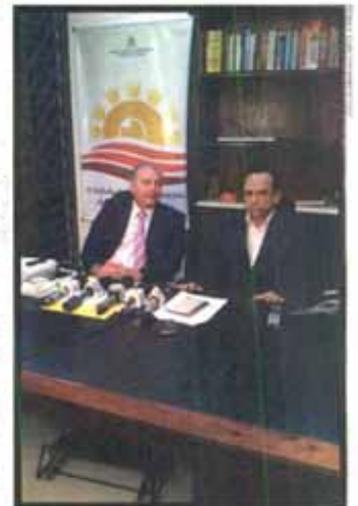
Froz Sobrinho negou a existên-

tência de qualquer pedido judicial ou administrativo para transferência do preso para o Maranhão, explicando que nenhum desembargador possui competência legal para decidir acerca desse tipo de pedido, que são de exclusiva responsabilidade da 1ª Vara de Execuções Penais da capital.

Segundo ele, ainda que houvesse o pedido, a transferência seria inviável pela falta de estrutura do sistema prisional, que atualmente enfrenta uma superlotação incapaz de abrigar os próprios presos do Estado, sem possuir a infraes-

trutura especial exigida para receber presos com as características de Fernandinho Beira Mar e Marcinho VP.

"Não temos em todo o Maranhão nenhuma unidade de segurança máxima. Não teríamos como receber um preso transferido de uma unidade federal", informou. O juiz Roberto de Paula classificou como absurda a notícia veiculada, considerando o sistema prisional "caótico" do Maranhão, que não oferece condições mínimas para trabalhar a ressocialização dos presos já existentes.



**DESEMBARGADOR FROZ SOBRINHO E O JUIZ ROBERTO DE PAULA NEGAM PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE TRAFICANTES**

## Justiça suspende audiência do advogado Ronaldo Ribeiro

PÁGINA 3

# ***Justiça suspende audiência do advogado Ronaldo Ribeiro***

O juiz Osmar Gomes, da 1ª Vara do Tribunal do Júri, decidiu pela suspensão da audiência do advogado Ronaldo Ribeiro, marcada para ontem (12). O magistrado esclareceu que a suspensão foi baseada em decisão da Justiça do Maranhão em favor a defesa tenha acesso aos laudos do processo (mídias operadoras de telefonia celular, além de pen drives e HDS, que estão no Instituto

de Criminalística - Icrim) contra o advogado Ronaldo Ribeiro. A audiência foi remarcada para o dia 9 de setembro deste ano.

De acordo com o Ministério Público, o advogado responde por formação de quadrilha e homicídio do jornalista e blogueiro Décio Sá, ocorrido no dia 23 de abril de 2012, na avenida Litorânea.

Ronaldo Ribeiro foi advogado de Gláucio Alencar.

## CONTESTAÇÃO

# TJ NEGA ENVOLVIMENTO DE DESEMB. DO MA COM TRAFICANTES DO RIO



Desembargador Froz Sobrinho e o juiz Roberto de Paula

O desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão, e o juiz Carlos Roberto Oliveira de Paula, da 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís, concederam entrevista coletiva na manhã de ontem (12), prestando esclarecimentos sobre a matéria veiculada na noite de domingo (11), no programa Fantástico, da Rede Globo, que noticiou a possível transferência do traficante Fernandinho Beira Mar para o Maranhão, pelo alegado envolvimento com um desembargador do Estado.

PÁGINA 3

 FANTÁSTICO

## TJ nega envolvimento de desembargador do Maranhão com traficantes do Rio

O desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão, e o juiz Carlos Roberto Oliveira de Paula, da 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís, concederam entrevista coletiva na manhã de ontem (12), prestando esclarecimentos sobre a matéria veiculada na noite de domingo (11), no programa Fantástico, da Rede Globo, que noticiou a possível transferência do traficante Fernandinho Beira Mar para o Maranhão, pelo alegado envolvimento com um desembargador do Estado.

Froz Sobrinho negou a existência de qualquer pedido judicial ou administrativo para transferência do preso para o Maranhão, explicando que nenhum desembargador possui competência legal para decidir acerca desse tipo de

pedido, que são de exclusiva responsabilidade da 1ª Vara de Execuções Penais da capital.

Segundo ele, ainda que houvesse o pedido, a transferência seria inviável pela falta de estrutura do sistema prisional, que atualmente enfrenta uma superlotação incapaz de abrigar os próprios presos do Estado, sem possuir a infraestrutura especial exigida para receber presos com as características de Fernandinho Beira Mar e Marcinho VP. "Não temos em todo o Maranhão nenhuma unidade de segurança máxima, não teríamos como receber um preso transferido de uma unidade federal", informou.

O juiz Roberto de Paula classificou como absurda a notícia veiculada, considerando o sistema prisional "caótico" do Maranhão, que não oferece condições mínimas para trabalhar a ressocialização

dos presos já existentes. Ele reafirmou a inexistência de pedido para transferência de preso em andamento na 1ª VEP e a falta de condições estruturais do sistema prisional, que possui capacidade para 1.200 presos e hoje abriga a média de 3 mil, entre provisórios e definitivos. "Temos situações absurdas com verdadeiras masmorras em São Luís, com presos provisórios e definitivos dentro da mesma cela", informou.

Sobre o envolvimento com algum dos desembargadores do Maranhão, Froz Sobrinho declarou ser impossível a ligação com algum dos membros da ativa e a probabilidade de se tratar do advogado de Fernandinho Beira Mar, o desembargador maranhense Luis de Almeida Teles, já aposentado. "Todos sabemos da contratação do ex-desembargador Teles

como advogado de Fernandinho Beira Mar, talvez esteja se referindo a ele", disse.

O juiz anunciou que a afirmação feita na reportagem sobre o envolvimento de algum dos membros do TJMA com o traficante será objeto de apuração investigativa interna, e repassada ao Corregedor Nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, para que sejam procedidas as investigações necessárias, considerando o privilégio da informação e a segurança dos magistrados.

As informações constam em Nota de Esclarecimento assinada pelo presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior; além do coordenador do Grupo de Monitoramento Carcerário, desembargador Froz Sobrinho, e o juiz Roberto de Paula, que responde pela 1ª Vara de Execuções Penais.

# Fantástico omite citação a desembargador do Maranhão

Ainda na noite de sábado, o Blog do Udes Filho, foi o primeiro a abordar a reportagem do programa Fantástico, da Rede Globo, sobre o suposto envolvimento de um desembargador do Maranhão com o mega traficante Fernandinho Beira Mar.

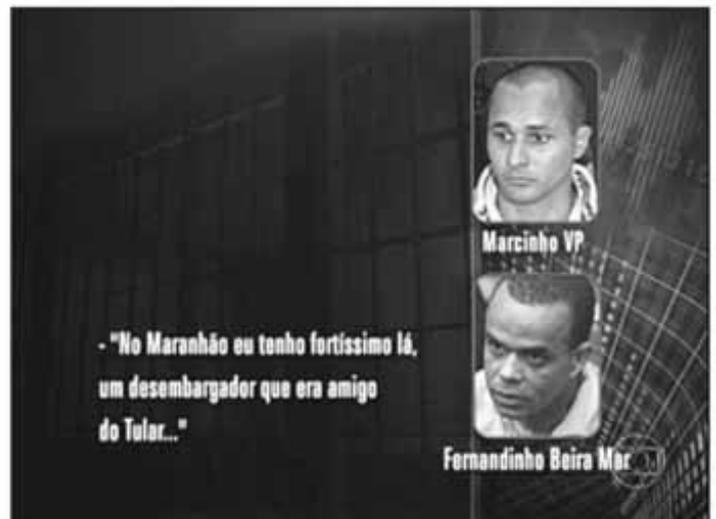
Tive o cuidado de colocar, logo após meus comentários, a íntegra da transcrição da matéria, coletada no próprio site do programa Global. No entanto, ao analisar com calma o texto, observei que no trecho onde a repórter Lília Teles, do Rio de Janeiro, reproduz a conversa entre os traficantes Fernandinho Beira Mar e Marcinho VP, a citação de Beira Mar ao desembargador do Maranhão que poderia ajudar na transferência de presos para um presídio maranhense parece

ter sido omitida. No vídeo, a repórter relata a fala de Beira Mar – “No Maranhão eu tenho um fortíssimo lá, um desembargador que era amigo do Tular...”. Na transcrição o Fantástico diz apenas: – “Fernandinho oferece ajuda”.

Pode até ter sido falha do editor, mas fica parecendo que o programa quis minimizar a repercussão omitindo, na transcrição, um fato grave que é o suposto envolvimento de um desembargador do Maranhão junto à “elite” do tráfico de drogas brasileiro.

Traficantes preferem o Maranhão?

Chama atenção, também, o fato de os dois comandantes das maiores facções criminosas do país demonstrarem interesse em transferir soldados do tráfico, presos em outros estados,



para um presídio no Maranhão. Quais serão os motivos de tanto interesse em ficar preso no Maranhão?

Quem é o tal Tular citado como amigo do suposto desembargador Maranhense?

Qual o nome do suposto desembargador que tem liga-

ções com criminosos e facilita as coisas, aqui, no Maranhão?

Acredito que, depois desta reportagem, o Maranhão inteiro queira as respostas para estas três perguntas. Vamos aguardar o pronunciamento das autoridades competentes!

## CASO DÉCIO SÁ

# Depoimento de último denunciado é suspenso

Uma liminar concedida pelo desembargador José Luiz Almeida suspendeu o depoimento do advogado Ronaldo Henrique Santos Ribeiro, último denunciado na morte do jornalista Décio Sá, pelos crimes de homicídio triplamente qualificado e formação de quadrilha. O advogado seria ouvido na manhã de segunda-feira (12) pelo juiz titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri, Osmar Gomes dos Santos, no Salão do Júri, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no bairro do Calhau. O juiz re-

marcou a tomada do depoimento para o dia nove de setembro.

Segundo acusação oferecida pelo Ministério Público Estadual, Ronaldo Henrique Santos Ribeiro integrava a rede de agiotas liderada por Gláucio Alencar Pontes Carvalho, de 34 anos, e seu pai, José de Alencar Miranda Carvalho, de 72 anos; apontados como mandantes e financiadores do crime.

Em fevereiro, em sessão presidida pelo juiz auxiliar Márcio Castro Brandão, o ad-

vogado denunciado teve o processo desmembrado dos demais acusados, após constantes pedidos de suspensão dos depoimentos, por parte de sua defesa.

O advogado de Ronaldo Ribeiro, Aldenor Rebouças alega não ter tido "tempo hábil" para ouvir as mídias das interceptações telefônicas feitas pela Justiça.

Segundo investigou a Polícia Civil do Maranhão, Ronaldo Ribeiro atuava como uma espécie de "consultor jurídico" da rede de agiotagem

e teria cedido o próprio escritório para várias reuniões da quadrilha. No dia 9 de maio de 2013, segundo as investigações, o local de trabalho do advogado, localizado na Península da Ponta d'Areia, teria servido para o acerto financeiro da morte do empresário Fábio dos Santos Brasil Filho, o Fábio Brasil, de 33 anos, executado no dia 31 de março, em Teresina-PI, por acumular dívidas com os agiotas. Foi por denunciar a ligação do bando com este crime que Décio Sá foi morto.

## Morros vai inaugurar novo fórum na quinta-feira



Comarca será inaugurada no próximo dia 15

A Comarca de Morros, localizada a 100 quilômetros de São Luis, vai inaugurar o novo prédio do fórum na próxima quinta-feira, dia 15. A nova casa do judiciário em Morros é um prédio novo, construído pelo Tribunal de Justiça e que, segundo informações da juíza titular da comarca, Marcela Lobo, apresenta instalações modernas e satisfatórias.

As instalações do novo fórum têm: salão do júri com sala secreta; salas para testemunhas de acusação e de defesa; sala do réu; cozinha; secretaria com setor de atendimento; distribuição; sala de audiências; sala da assessoria; gabinete da juíza; sala da OAB para advogados; sala para o Ministério Público;

Centro de Processamento de Dados; e depósito.

O prédio possui apenas um pavimento, com possibilidade de ampliação para segunda vara. "Hoje o fórum possui um acervo de 2.650 processos. E isso porque já diminuimos consideravelmente. Quando chegamos aqui, em março deste ano, eram quase 3.300 processos", destaca Marcela lobo.

A magistrada informou ainda que são seis servidores do quadro na Secretaria, além de secretária judicial e uma assessora.

O terreno, de aproximadamente 1.900m<sup>2</sup>, onde foi erguido o imóvel, foi doado pela Prefeitura de Morros e possui estacionamento próprio.

## TJMA esclarece matéria sobre envolvimento de magistrado com traficante



O desembargador Froz Sobrinho concedeu entrevista coletiva na manhã de ontem, prestando esclarecimentos sobre a matéria veiculada na noite de domingo (11), no programa Fantástico, da Rede Globo. PAG.05

# TJMA esclarece matéria sobre envolvimento de magistrado

O desembargador Froz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), e o juiz Carlos Roberto Oliveira de Paula, da 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís, concederam entrevista coletiva na manhã de ontem, prestando esclarecimentos sobre a matéria veiculada na noite de domingo (11), no programa Fantástico, da Rede Globo, que noticiou a possível transferência do traficante Fernandinho Beira Mar para o Maranhão, pelo alegado envolvimento com um desembargador do Estado.

Froz Sobrinho negou a existência de qualquer pedido judicial ou administrativo para transferência do preso para o Maranhão, explicando que nenhum desembargador possui competência legal para decidir acerca desse tipo de pedido, que são de exclusiva responsabilidade da 1ª Vara de Execuções Penais da capital.

Segundo ele, ainda que houvesse o pedido, a transfe-

rência seria inviável pela falta de estrutura do sistema prisional, que atualmente enfrenta uma superlotação incapaz de abrigar os próprios presos do Estado, sem possuir a infraestrutura especial exigida para receber presos com as características de Fernandinho Beira Mar e Marcinho VP.

"Não temos em todo o Maranhão nenhuma unidade de segurança máxima. Não teríamos como receber um preso transferido de uma unidade federal", informou.

O juiz Roberto de Paula classificou como absurda a notícia veiculada, considerando o sistema prisional "caótico" do Maranhão, que não oferece condições mínimas para trabalhar a ressocialização dos presos já existentes.

Ele reafirmou a inexistência de pedido para transferência de preso em andamento na 1ª VEP e a falta de condições estruturais do sistema prisional, que possui capacidade para 1.200 presos e hoje abriga a média de 3 mil, entre provisórios e definitivos. "Temos situações absurdas com verdadeiras masmorras em São Luís,



Desembargador Froz Sobrinho e o juiz Roberto de Paula

com presos provisórios e definitivos dentro da mesma cela", informou.

Sobre o envolvimento com algum dos desembargadores do Maranhão, Froz Sobrinho declarou ser impossível a ligação com algum dos membros da ativa e a probabilidade de se tratar do advogado de Fernandinho Beira Mar, o desembargador maranhense Luis de Almeida Teles, já aposentado.

"Todos sabemos da contratação do ex-desembargador

Teles como advogado de Fernandinho Beira Mar, talvez esteja se referindo a ele", disse.

O juiz anunciou que a afirmação feita na reportagem sobre o envolvimento de algum dos membros do TJMA com o traficante será objeto de apuração investigativa interna, e repassada ao Corregedor Nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, para que sejam procedidas as investigações necessárias, considerando o privilégio da informação e a segurança dos magistrados.

## Traficantes falam sobre tentativa de transferência para presídio no MA



O programa Fantástico, da Rede Globo, teve acesso ao conteúdo de uma conversa entre os traficantes Fernandinho Beira-Mar e Marcinho VP. Aconteceu no dia dez de maio, no presídio de segurança máxima de Catanduvás, no Paraná. PAG.08

# Traficantes falam sobre tentativa de transferência para presídio no MA

O programa Fantástico, da Rede Globo, teve acesso ao conteúdo de uma conversa entre os traficantes Fernandinho Beira-Mar e Marcinho VP. Aconteceu no dia dez de maio, no presídio de segurança máxima de Catanduvás, no Paraná. Os dois traficantes conversam sobre uma possível transferência para um presídio no Maranhão e falam, ainda, sobre a possível ajuda de um desembargador.

Na conversa, separado por um vidro e por telefone, Marcinho diz que está tentando transferência para um presídio estadual. E Beira-Mar dá força, se referindo a outros presos.

Veja o diálogo-

Beira-Mar "O que eu penso, você saindo daqui para um estado aí, já é uma vitória, de lá você conseguiu ir para outro lugar igual o baby...O baby não, o Dinho está tentando ir para o Maranhão.

Marcinho VP: Eu também estou com um "corre" no Maranhão também, minha advogada está fazendo...

Fernandinho oferece ajuda.

Beira-Mar: No Maranhão eu tenho um fortíssimo lá, um desembargador que era amigo do tular.

Marcinho VP: Sei. Mas aí tem outras pessoas também que estão vendo a vaga pra mim lá".



Fernandinho Beira-mar foi flagrado em conversa com Marcinho VP

## ■ JÚRI POPULAR ■

# Irmãos são condenados mesmo não comparecendo a julgamento

Os irmãos Ozael Costa Santos, Boaz Costa Santos e José Paulo Silva Santos Filho foram condenados, no 2º Tribunal do Júri de São Luís, pelo assassinato de José Maria da Cruz Ribeiro. Eles devem cumprir a pena em regime fechado, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, e não poderão recorrer da decisão em liberdade. A vítima foi morta a pauladas e pedradas na cabeça, na madrugada do dia 09 de dezembro de 2001, na Cidade Olímpica.

Mesmo intimados, os três irmãos não compareceram ao julgamento, na última quarta-feira (07), no Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau. Compareceu apenas uma testemunha arrolada pelo Ministério Público. Os acusados foram condenados por homicídio consumado na sua forma simples em concurso de pessoas. Os jurados rejeitaram a tese de negativa de auto-

ria arguida pela defesa.

O juiz Gilberto de Moura Lima, que presidiu o julgamento, além de negar aos acusados o direito de apelar da decisão em liberdade, decretou as prisões preventivas dos três irmãos e determinou que os mandados de prisões sejam enviados à Delegacia da POLINTER e também incluídos no cadastro do INFOSEG. Os acusados estão em local incerto e não sabido. O endereço dos réus, que consta no processo, fica na Vila São José I, no município de Paço do Lumiar (MA).

Os pedreiros Boaz Costa Santos e José Paulo Silva Santos Filho, o "Paulinho", foram condenados, cada um, a nove anos e seis meses de reclusão. Já o comerciante Ozael Costa Santos, conhecido como Galego, cumprirá pena de nove anos, cinco meses e dez dias de reclusão.

Segundo a denúncia do Ministério Público, após ser perseguido pelos acusados e tentado se refugiar em uma casa nas proximidades de um bar da Cidade Olímpica, José Maria da Cruz Ribeiro foi atingido por uma paulada, tropeçou e caiu. Sem que representasse mais qualquer ameaça, foi atingido por uma pedrada na cabeça. Na sentença, o juiz afirma que não houve provocação por parte da vítima no momento dos fatos.

Desclassificação - Também no 2º Tribunal do Júri, no dia 02 de agosto, foi condenado a quatro anos de reclusão Paulo Edson Mendonça Pereira, conhecido como "Jornaleiro", acusado de lesão corporal contra o ajudante de pedreiro José Ribamar Gomes. Ele deve cumprir a pena em regime aberto, em São Luís.

O crime ocorreu no dia 11 de maio de 2002, por volta das

19h30, na Vila Marinha, no bairro Cohafuma. Depois de discutir com o filho da vítima, o acusado, por vingança, atingiu José Ribamar Gomes com um golpe de faca nas costas, deixando-o impedido de exercer as suas ocupações habituais por mais de 30 dias.

Inicialmente, Paulo Edson Mendonça Pereira foi levado a júri popular por tentativa de homicídio, mas os jurados desclassificaram a conduta do réu, ao entenderem, por maioria de votos, que ele, mesmo agindo dessa forma, não pretendia a morte da vítima. Com a desclassificação, o juiz Gilberto de Moura Lima condenou o acusado pelo crime de lesão corporal de natureza grave. O réu, que não registra antecedentes criminais, confessou o crime.

# Justiça adia mais uma vez depoimento de advogado indiciado no Caso Décio Sá

Defesa de Ronaldo Santos Ribeiro alega não ter recebido as escutas telefônicas de três operadores e os laudos das apreensões feitas no escritório do réu

**Saulo Maclean**  
Da editoria de Polícia



O desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, José Luiz Oliveira de Almeida, suspen- deu, por meio de liminar, a audiência do advogado Ronaldo Henrique Santos Ribeiro, último denunciado na morte do jornalista Décio Sá, pelos crimes de homicídio triplamente qualificado e formação de quadrilha. Mais uma vez, o pedido de habeas corpus para o adiamento do interrogatório do réu foi feito pela defesa do acusado, que alegou não ter recebido as interceptações telefônicas (escutas) de três das quatro operadoras de telefonia móvel, cujos sigilos quebrados foram remetidos pela Polícia Civil.

"Mais uma vez, me vi obrigado a requerer a suspensão de mais uma audiência do meu cliente pelo simples fato de não ter sido juntado aos autos às interceptações telefônicas das operadoras Oi, Vivo e Claro. Apenas as escutas da operadora Tim chegaram ao nosso conhecimento. Então, como vou poder questionar as testemunhas e trabalhar pela defesa do advogado Ronaldo Ribeiro, se nem mesmo o conteúdo das ligações do próprio Décio Sá, que usava a operadora Claro, está disponível para formalizarmos alguma argumentação?", questionou Aldenor Cunha Rebouças Júnior, advogado do réu.

O secretário de Segurança Pública, Aluisio Mendes, porém, afirmou que todas as mídias (interceptações telefônicas) foram entregues ao Poder Judiciário.



Ronaldo Santos Ribeiro ao lado de seu advogado Aldenor Rebouças

## Mais

Ronaldo Ribeiro teve processo desmembrado dos outros 11 réus do caso, em fevereiro, por determinação do juiz auxiliar da 1ª Vara do Tribunal do Júri, Márcio Castro Brandão, devido aos constantes pedidos de adiamento das oitivas que, segundo o então presidente da sessão, poderia prejudicar a celeridade processual. Ao fim da assinatura da ata da audiência suspensa, o juiz Osmar Gomes dos Santos fez questão de tranquilizar a população e a própria família de Décio Sá quanto a não mais necessidade de mudanças na titularidade da 1ª Vara do Tribunal do Júri. "Vim para ficar, e no que depender deste magistrado haverá de fato celeridade neste processo", garantiu o juiz.

"Todo o material analisado, referente a escutas telefônicas de todas as operadoras que fundamentaram este inquérito policial, foi remetido à Justiça com a conclusão das investigações. Se algum dos advogados, porventura, tiver dificuldades em apre- ciá-las não é por inoperância da

polícia judiciária. Esta já fez o seu trabalho", frisou Mendes.

A sessão, que deveria ter começado às 8h30, no Salão do Júri, no Fórum Desembargador Sarney Costa, bairro Calhau, foi presidida pelo novo juiz titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri, Osmar Gomes dos Santos, que acatou a

determinação da instância superior, porém, fez questão pré- agendar a nova data para a oitiva com Ronaldo Ribeiro. "Determino prazo de 10 dias para que a defesa do réu tome ciência do material mencionado, e já formalizo a convocação para o dia 9 de setembro, no mesmo horário, para a sessão com o acusado, cuja suspensão não é de nosso desejo", ressaltou o juiz.

**Questionamento** - Também foi questionado pela defesa de Ronaldo Ribeiro o fato de não estar juntados aos autos os laudos periciais feitos nos documentos, computadores, *pen drives* e HDs apreendidos no escritório do réu, localizado na Península do bairro Ponta d'Areia, no dia 9 de maio de 2012. O endereço, segundo investigou a polícia judiciária, teria sido cedido pelo acusado para várias reuniões da quadrilha de agiotas, liderada por Gláucio Alencar Pontes Carvalho, de 34 anos, e seu pai, José de Alencar Miranda Carvalho, de 72 anos, apontados como mandantes e financiadores da morte do jornalista.

No dia 9 de maio deste ano, ainda segundo as investigações, o local de trabalho do advogado teria servido para se fazer o "acerto financeiro" da morte do empresário Fábio dos Santos Brasil Filho, o Fábio Brasil, de 33 anos, executado no dia 31 de março de 2012, em Teresina-PI, por acumular dívidas com os agiotas. Por denunciar a ligação do bando com este crim, Décio Sá foi morto com seis tiros de pistola calibre ponto 40, um deles na cabeça, por volta das 22h30, no dia 23 de abril daquele ano, quando aguardava por amigos, sentado a uma mesa, no restaurante Estrela do Mar, na Avenida Litorânea.

# MP questiona reintegração da VBL ao transporte de Imperatriz

Ministério Público ingressou com um mandado de segurança contra a decisão da desembargadora Cleonice Freire, que concedeu efeito suspensivo à decisão judicial que suspendeu a concessão dos serviços da Viação Branca do Leste

**IMPERATRIZ** - A procuradora-geral de Justiça Regina Lúcia Rocha ingressou na quinta-feira (8) com um mandado de segurança contra a decisão da desembargadora Cleonice Silva Freire, que concedeu efeito suspensivo à decisão judicial que suspendeu a concessão dos serviços de transporte coletivo em Imperatriz à empresa Viação Branca do Leste (VBL), detentora de 70% das linhas de ônibus.

No entendimento do Ministério Público, na decisão houve a supressão de instância, não foram respeitados os pressupostos do agravo de instrumento e foi violado o direito à ampla defesa da Prefeitura de Imperatriz, parte interessada na questão.

Ao ingressar com o Agravo de Instrumento, a VBL não apontou o Município de Imperatriz como parte interessada, mas apenas o Ministério Público do Maranhão (MP). Dessa forma, não foi atendido plenamente o requisito da regularidade formal do agravo de instrumento.

Já a supressão de instância ficou caracterizada pelo fato de a decisão da desembargadora ter determinado a suspensão de uma decisão administrativa da Prefeitura de Imperatriz, que havia rescindido unilateralmente o contrato com a empresa.

Em seu Agravo de Instrumento, a empresa não questionou tal decisão, e nem poderia, pois ela sequer existia quando o documento foi protocolado. Qualquer contestação sobre a rescisão do contrato deveria ter sido analisada pela Justiça de primeiro grau.

"É patente a supressão de instância, vez que o ato administrativo praticado pela Prefeitura, que resultou na rescisão contratual, cuja competência originária para exame é do juízo de base, foi diretamente apreciado pela instância superior", observou, no Mandado de Segurança, a procuradora-geral de Justiça.

Outro ponto ressaltado pelo Ministério Público é que, por não ser parte no Agravo de Instrumento, a Prefeitura de Imperatriz não pôde se manifestar e nem mesmo tomar conhecimento do desenrolar do recurso, embora tenha sido atingida diretamente pela decisão.

Dessa forma, ficou prejudicado o exercício do contraditório e da ampla defesa pelo Município. Diante das circunstâncias apontadas e considerando que o ato impugnado pode resultar em abalo à ordem pública, com ampla repercussão na sociedade, o MP requer que a decisão da desembargadora Cleonice Silva Freire seja tornada sem efeito e que a Liminar concedida pelo Judiciário de Imperatriz seja confirmada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ).

**Processo** - A Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Imperatriz, que tem como titular o promotor Sandro Pofahl Biscaro, ingressou com Ação Civil Pública (ACP) contra a Viação Branca do Leste, pedindo, em medida liminar, a suspensão da concessão do serviço de transporte público à empresa e determinando à Prefeitura que, no

prazo de 10 dias, contratasse outra empresa que garantisse a manutenção do serviço até a conclusão do processo licitatório.

Entre as irregularidades verificadas pelo Ministério Público, em um inquérito civil de mais de 1.500 páginas, estão o descumprimento de 13 cláusulas do contrato de concessão, o não licenciamento de parte da frota, além das péssimas condições dos ônibus e dos serviços prestados, com atrasos superiores a três horas e linhas que simplesmente não funcionavam. Segundo pesquisa, a insatisfação popular com o serviço em Imperatriz chega a 94%.

Outras instituições também verificaram irregularidades no serviço prestado pela VBL. A Polícia Rodoviária Federal (PRF) constatou que 90% dos veículos da empresa fiscalizados tinham algum tipo de irregularidade.

Já o Ministério do Trabalho e Emprego constatou que 81 dos 300 funcionários da empresa não tinham carteira assinada, o que equivale a 27%.

Outros problemas, observados em auditoria anterior, já tinham levado à proposição de Ação Civil Pública pelo Ministério Público do Trabalho, para a qual há decisão judicial bloqueando os bens da empresa em valor suficiente ao pagamento de dívida superior a R\$ 71,5 milhões.

Dessa forma, toda a frota da empresa encontra-se bloqueada para garantir o pagamento da dívida trabalhista.

**Câmara** - O vereador Marco Aurélio (PCdoB) destacou na quin-

ta-feira (8), na Tribuna Freitas Filho da Câmara Municipal de Imperatriz, que esteve, acompanhado dos parlamentares Carlos Hermes (PCdoB) e Rildo Amaral (PDT), com grupo de estudantes secundaristas e universitários e profissionais liberais para reforçar o movimento que luta pela substituição da empresa VBL, que opera a maioria das linhas do transporte público em Imperatriz.

Marco Aurélio argumentou que esse tem sido um grande clamor do usuário do transporte público em Imperatriz, pois entende que esse, mais que um desejo, é uma necessidade do povo, que precisa ser respeitada.

"Nós, em dois dias em São Luís, fizemos algumas iniciativas, em decorrência da distância geográfica e institucional do centro das decisões políticas do estado", disse.

"O grito do povo imperatrizense não chegava na capital maranhense, sendo necessária essa mobilização da sociedade para sensibilizar os deputados estaduais e desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão. O julgamento dos recursos da ACP está previsto para o próximo dia 14", informou Marco Aurélio.

Na Assembleia Legislativa, o vereador disse que o grupo de vereadores de Imperatriz foi bem recebido pelos deputados estaduais. Estes resolveram, durante o grande expediente, pautar o tema *Transporte coletivo - fora VBL*.

Na ocasião, também foi lido o manifesto que pede pela quebra da concessão da empresa VBL com o município de Imperatriz.

"Nós também tivemos uma audiência com o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Arnaldo Melo, e ainda com os deputados Carlinhos Amorim e Valéria Macedo", disse o vereador.

### Números

# 94%

é o percentual da insatisfação dos usuários da VBL, empresa de ônibus de Imperatriz, segundo pesquisa

# 90%

dos veículos da empresa VBL fiscalizados pela Polícia Rodoviária Federal tinham algum tipo de irregularidade

# 27%

dos funcionários da Viação Branca do Leste não tinham carteira assinada por ocasião de vistoria do Ministério Público do Trabalho

# R\$ 71,5

milhões é o valor da dívida da empresa de transporte coletivo VBL com o Ministério Público do Trabalho



Promotor Sandro Biscaro participa de fiscalização realizada pela Polícia Rodoviária Federal em veículos da VBL em rua de Imperatriz

## Saudação

Os deputados Edilázio Júnior (PV), Rigo Teles (PV) e Eduardo Braide (PMN) saudaram ontem os advogados maranhenses pela passagem do seu dia, comemorado domingo.

Eles também parabenizaram o novo desembargador Ricardo Duailibe, escolhido pela governadora Roseana Sarney na última sexta-feira, dia 9.

Edilázio Júnior assinalou que Ricardo Duailibe já teve a demonstração de que será bem recebido na Corte.

## Satisfação

Edilázio Júnior destacou que a governadora Roseana Sarney, ao nomear o novo desembargador, fez a vontade da maioria dos advogados e de todos os desembargadores.

- Não tenho dúvida de que a advocacia sentirá falta do profissional que ele foi para a OAB e que a magistratura agradece o nome que a OAB indicou - asseverou.

E avaliou que os advogados estarão "muito bem representados".

## Homenagem

Quem também lembrou do Dia do Advogado e destacou a nomeação do desembargador Ricardo Duailibe foi o deputado Eduardo Braide (PMN).

O parlamentar ressaltou a importância da advocacia para o equilíbrio do Poder Judiciário e homenageou os advogados do Maranhão.

- Fica aqui a nossa homenagem àquele que representa e que faz a administração da Justiça através das petições, das ações e de todos os expedientes necessários para a defesa dos direitos do cidadão - finalizou.

# TJMA nega envolvimento de magistrado com traficantes

O coordenador-geral do Grupo de Monitoramento Carcerário, desembargador Froz Sobrinho, descartou relação de membros da Corte com Fernandinho Beira-Mar e Marcinho VP e disse que o Judiciário maranhense vai apurar os fatos. **Geral 6**

Biné Moraes



Ao lado de Roberto de Oliveira Paula, Froz Sobrinho disse que o TJMA não tem competência para decidir sobre transferência de presos

# TJ nega envolvimento de magistrado com traficante Fernandinho Beira-Mar

Desembargador Froz Sobrinho esclarece matéria exibida no programa *Fantástico*, da Rede Globo, e descarta a transferência do traficante para o Maranhão

**Mario Carvalho**  
Da equipe de **O Estado**

O coordenador-geral do Grupo de Monitoramento Carcerário, desembargador José Ribamar Froz Sobrinho, negou ontem qualquer envolvimento de membros do Tribunal de Justiça do Maranhão com os traficantes Fernandinho Beira-Mar e Marcinho VP, que cumprem pena no presídio federal de segurança máxima de Caturva, no Paraná. Ao lado do juiz Roberto de Oliveira Paula, titular da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), o desembargador disse que o Tribunal de Justiça não tem qualquer ingerência sobre a transferência de presos e que o Judiciário maranhense vai apurar os fatos para que não paire nenhuma dúvida à sociedade.

A manifestação do TJ ocorreu depois do programa *Fantástico*, da Rede Globo de Televisão, ter exibido, na noite do último do-



Binê Moraes

Desembargador Froz Sobrinho e o juiz Roberto de Paula descartaram vinda de Beira-Mar para o MA

mingo (11), uma reportagem em que o traficante Fernandinho Beira-Mar conversa, por telefone interno do próprio presídio, com o também detento e traficante Marcinho VP, em que insinua ter ligação estreita com um desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão que resolve qualquer problema referente à transferência de presos para o estado. A narrativa do diálogo não chega a citar nomes, fazendo apenas referência a alguém conhecido do traficante.

Ontem, em entrevista coletiva à imprensa, em seu gabinete, o desembargador Froz Sobrinho reafirmou que o Tribunal de Justiça não tem qualquer competência legal sobre a transferência de presos do sistema carcerário. Com relação ao envolvimento de um membro da Corte do Judiciário do Maranhão, ele disse não ter conhecimento, mas que a direção do Tribunal já está tomando todas as medidas cabíveis para que nenhuma suspeição recaia sobre a idoneidade da Corte.

"Já solicitamos uma cópia da gravação do programa [*Fantástico*] e comunicamos o fato tanto ao secretário Aluísio Mendes [Segurança Pública] quanto ao secretário Sebastião Uchôa [Justiça e Administração Penitenciária], que manifestaram apoio na elucidação do caso", declarou.

Froz Sobrinho afirmou que não há nenhum pedido de transferência de presos para o Maranhão. "Não temos vagas dispo-

níveis, temos sim é uma superlotação carcerária no estado. Quanto ao Fernandinho Beira-Mar, seria necessária uma construção especial, de um regime fechado, onde ele ficasse isolado. Não há nenhum pedido nesse sentido", afirmou.

Ao ser indagado sobre o eventual contato de algum desembargador do Maranhão com o traficante Fernandinho Beira-Mar, o magistrado Froz Sobrinho disse que Beira-Mar talvez estivesse se referindo ao desembargador aposentado, o advogado Luiz Teles, por ser ex-integrante do Tribunal de Justiça. "Em relação a isso, o que vamos fazer é investigar internamente. Eu posso afirmar que, talvez, ele esteja se referindo ao advogado dele, que é um ex-membro do Tribunal de Justiça, que se aposentou há mais de 10 anos, e que deve ter um contato direto com ele", disse.

**Insinuações** - Para o juiz Roberto de Paula, tudo não passa de insinuações descabidas e sem qualquer fundamento do traficante Fernandinho Beira-Mar e que qualquer transferência de presos para o Maranhão tem que passar pela 1ª Vara de Execuções Penais, à qual responde. "Enquanto eu estiver como titular da VEP, qualquer transferência de presos tem que passar por mim. Nesse aspecto, nenhum desembargador do Tribunal de Justiça tem competên-

cia para fazer qualquer tipo de transferência de presos tanto de São Luís para outros estados ou vice-versa", garantiu o magistrado.

Roberto de Paula também destacou o caos no sistema carcerário de São Luís e do interior do estado. Segundo ele, não faz sentido o diálogo entre os traficantes falando sobre eventuais transferências de preso para o Maranhão.

"Nós não temos vagas nem para os presos de São Luís. Portanto, não temos pedido nenhum dessa natureza e isso não faz sentido. Nosso sistema prisional está completamente falido. Vi que a matéria [no *Fantástico*] não fazia nenhum sentido. Mesmo se tivesse vaga, não haveria a menor possibilidade desse tipo de transferência, principalmente envolvendo traficantes de alta periculosidade, que encontram-se em Regime Disciplinar Diferenciado [RDD]", comentou o juiz Roberto de Paula.

**Amma repudia** - Além das declarações feitas pelo Tribunal de Justiça, a Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma) divulgou, ontem, nota sobre a reportagem exibida no programa *Fantástico*, da Rede Globo. Segundo o documento de repúdio, tais insinuações contra o Judiciário estadual não possuem fundamento, por se tratar de declaração genérica de um reconhecido facinora que não tem credibilidade para pôr em dú-

“

Não temos em todo o Maranhão nenhuma unidade de segurança máxima. Não teríamos como receber um preso transferido de uma unidade federal"

José Ribamar Froz Sobrinho, desembargador

vida a honra dos componentes do Tribunal de Justiça do Estado.

"A Amma reitera a sua confiança na magistratura estadual, que é composta de homens e mulheres que têm compromisso com a Justiça, coragem para enfrentar os desafios diários e vontade de contribuir para o bem coletivo", finaliza a nota da entidade.

**Quem circulou** descontraidamente no sábado, 11, pelas avenidas do Shopping da Ilha foi o recém-empossado desembargador Ricardo Duailibe. Pelo caminho foi recebendo cumprimentos pela nova função e agradecendo com simplicidade, como recomenda o Papa Francisco.

## Desembargador

**Cumprimentos** da coluna de hoje vão para o mais novo desembargador do Maranhão Ricardo Duailibe que conquista por escolha da governadora Roseana Sarney o importante compromisso de integrar o quadro de desembargadores do Maranhão. Ele havia sido o candidato mais votado (23 votos) entre os três indicados na lista encaminhada à chefe do Executivo estadual. A posse foi realizada pela presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Maria dos Remédios Buna, em São Luís. A vaga de desembargador destinada à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) maranhense estava aberta há quase um ano. Ricardo que é, sem dúvida nenhuma, exemplo de sabedoria e capacidade, demonstrada diante de todas as atividades executadas por ele no decorrer de toda sua vida familiar, profissional e social. Parabéns ao bom conhecedor do direito!

# Novos catálogos reúnem documentos históricos

Obras serão lançadas hoje. **Alternativo 1**



# Documentos manuscritos do Judiciário em publicação

O Tribunal de Justiça do Maranhão lança hoje, às 10h, novos catálogos de documentos de manuscritos do Judiciário; evento faz parte das comemorações dos 200 anos de história do Poder Judiciário no Maranhão

**I**nventários, testamentos, ações de liberdade, processos de libelos, entre outros documentos judiciais históricos datados de 1767 a 1975, pertencentes às comarcas de Viana e Alcântara, agora já podem ser facilmente consultados por historiadores e estudiosos no Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão. Tratam-se dos novos catálogos da coleção *Pontos de História*, que serão lançados hoje, no auditório da sede do Tribunal de Justiça (Praça Pedro II), às 10h.

A coleção, que já possui quatro volumes (Guimarães, São Luís, Viana e Alcântara), cumpre mais uma etapa do Projeto Memória do TJMA, que tem como objetivo a restauração e conservação do acervo documental do Judiciário maranhense. Os próximos volumes a serem lançados são os das comarcas de Loreto, Grajaú e Viana (tomo 2). A coleção será composta por 24 catálogos.

"Esses catálogos têm uma importância fundamental para a historiografia maranhense, uma vez que representam uma das fontes primárias de pesquisa para historiadores e interessados, que é justamente o contato documental", explica o desembargador Lourival Serejo, presidente da Comissão de Documentação, Revista e Publicações do TJMA.

O desembargador Antonio Guerreiro Júnior, presidente do Tribunal, diz que a edição do material tem, antes de tudo, um valor social, pois beneficia a sociedade e a comunidade científica, ao salvaguardar a memória do Judiciário. "É um marco significativo no bicentenário da Corte", afirma.

O trabalho de organização e conservação documental não é feito de forma isolada, apenas no Maranhão, mas é fruto de uma preocupação nacional dos tribunais de Justiça, advertidos pelo Conselho Nacional de Justiça, com base na Recomendação nº 37/2011 do CNJ, considerando o art. 216, § 2º da Constituição Federal e a Lei nº 8.159/1991.

"A reengenharia das administrações dos Tribunais reconheceu a necessidade de considerar os arquivos como prioridade pelo valor que encerram e por ser um componente da qualidade das novas gestões", afirma Serejo, em prefácio do catálogo de Viana.

O historiador Christofferson Melo, chefe da Divisão de Controle de Acervo do TJMA, explica que no Maranhão, o Tribunal de Justiça sempre teve o papel, não de controle social, mas de composição dos conflitos, oferecendo mecanismos à socie-

dade para que se desenvolvesse de maneira pacífica e ordeira. "Esses conflitos entre particulares, ou entre os particulares e o Estado ou os momentos históricos relativos à própria história do Maranhão e suas vilas, povoações e posteriormente, cidades, se materializa de alguma forma, e essa forma são os documentos, concernentes a esses conflitos sociais", ressalta.

**Registros** - O catálogo de *Documentos Manuscritos da comarca de Viana* (volume 4, tomo 1), abrange autos cíveis do período de 1767 a 1888. Entre os documentos organizados, está o inventário, relação de bens deixados, de Ventura de Almeida, documento mais antigo de Viana (1767), um dos primeiros colonos, morador da enseada das canoas.

Também a sentença que condenou o negro Martiniano, um dos participantes da insurreição dos escravos que ocorreu em Viana em 1867, a cumprir pena de 200 açoites e um ano de ferro ao pescoço. Morador do quilombo de São Benedito do Céu, era escravo do senhor João Fidélis de Abreu.

Os manuscritos da comarca de Alcântara - a segunda mais importante cidade histórica do Maranhão - correspondem ao período de 1801 a 1975, contemplando peças documentais provenientes do Tribunal da Relação, do Juízo dos Órfãos e do Juízo Municipal.

Criada em 1835, Alcântara teve como primeiro promotor de Justiça o jurista e legislador Clóvis Bevilacqua, hoje homenageado em vários prédios de órgãos públicos no Brasil, e em São Luís, a sede do TJMA se encontra instalada no Palácio Clóvis Bevilacqua.

Documentos importantes, indispensáveis para a construção socio-econômica da sociedade maranhense, de repercussão histórica, estão presentes no Arquivo do TJMA, tais como o crime da Baronesa de Grajaú e do desembargador Pontes Visgueiro.

Também documentos históricos do Barão de Grajaú, que foi vice-presidente da província do Maranhão tendo exercido a presidência interinamente seis vezes, entre os anos de 1878 e 1889. Dono de muitos imóveis, em Alcântara possuía o engenho de Girijó. Em São Luís, a residência do barão abriga hoje o Museu de Arte Sacra do Maranhão e trata-se de um sobrado do século XIX localizado no centro histórico de São Luís.

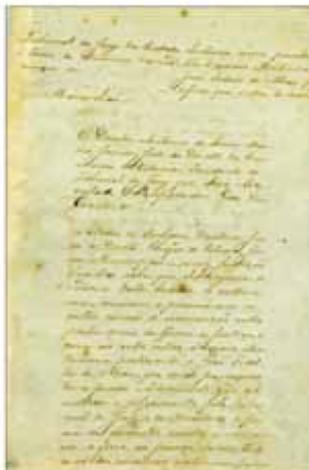
Hoje uma das restantes fontes idôneas de material de pesquisa são os processos judiciais históricos. Nesses documentos encontram-se elementos da organização familiar, aspectos sócio-econômicos, os principais crimes na evolução da sociedade, dramas sociais. "Com os inventários, por exemplo, você avalia as situações econômicas dessas épocas, também percebe as relações familiares e os dramas da sociedade. Temos certeza de que estamos contribuindo para aprofundar a pesquisa histórica no Maranhão, nos sentimos compensados ao disponibilizar uma amostra desse acervo", conclui Serejo.

### Coleção Pontos de História

**Volume 1:** *Catálogo de Documentos Manuscritos do Poder Judiciário do Maranhão - Comarca de Guimarães - Autos Cíveis e Crimes (1810 a 1949);*  
**Volume 2 / Tomo 1:** *Catálogo de Documentos Manuscritos do Poder Judiciário do Maranhão - Comarca de São Luís - Autos Cíveis (1785 a 1835);*  
**Volume 3 / Tomo 1:** *Catálogo de Documentos Manuscritos do Poder Judiciário do Maranhão - Comarca de Viana - Autos Cíveis (1767 a 1888);*  
**Volume 4:** *Catálogo de Documentos Manuscritos do Poder Judiciário do Maranhão - Comarca de Alcântara - Autos Cíveis e Crimes (1801 a 1975).*



O desembargador Lourival Serejo preside a comissão de documentação



Sentença do crime do escravo Martiniano está no catálogo



Catálogos com documentos do TJ serão lançados hoje, às 10h



# Comparsas de Beira-Mar vêm cumprir pena em Pedrinhas

PÁGINA 3

SÓ CARGA TORTA

*O programa da Rede Globo, Fantástico, que foi ao ar no último domingo, teve acesso a uma conversa entre os traficantes Fernandinho Beira-Mar e Marcinho VP, no presídio de Catanduvas-Paraná. No bate-papo, VP diz que tá com um pé no Maranhão, Beira-Mar incentiva o colega, e alerta que o traficante Dinho também tá indo no mesmo caminho, inclusive já encomendou peixe frito, arroz-de-cuxá e farinha d'água.*

## Facilidade de fuga em presídio chama atenção de bandidos do Rio para a "Ilha do Amor"

Para a polícia, foi desse encontro entre os bandidos, autorizado pela Justiça, que saiu a ordem para os ataques ao grupo AfroReggae, no Rio de Janeiro. Os instrumentos de percussão nunca mais serão usados. As perfurações de balas vão ficar como marcas de uma sucessão de atentados que tentaram calar o AfroReggae.

O projeto de inclusão social através da arte, que existe há quase 20 anos, é um dos mais atuantes do Rio.

Em pouco mais de um mês, a ONG foi vítima de incêndio criminoso e alvo de tiros, num total de quatro atentados no Complexo do Alemão e na Vila Cruzeiro, áreas pacificadas.

O coordenador da entidade, José Junior, disse que havia sido ameaçado pelo tráfico e chegou a anunciar o encerramento das atividades no Alemão. Mas voltou atrás.

A explicação para a onda de violência contra o AfroReggae pode estar no presídio federal de segurança máxima de Catanduvas, no Paraná.

Segundo uma investigação da Delegacia de Combate às Drogas do Rio, a ordem para os ataques teria surgido de um encontro entre dois dos maiores traficantes do país, que cumprem pena em Catanduvas: Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar e Márcio Santos Nepomuceno, o Marcinho VP.

O encontro dos dois foi no dia 10 de maio. Fernandinho Beira-Mar, que cumpre pena em uma galeria especial, monitorado 24 horas, pediu à Justiça para ter contato com outros presos, porque estaria se sentindo sozinho. E foi autorizado. Beira-mar recebeu a visita de Marcinho VP no parlatório. Tudo que foi dito ali, ficou gravado em áudio e vídeo. O Fantástico teve acesso exclusivo, à íntegra do conteúdo da conversa.

Na conversa, separado

por um vidro e por telefone, Marcinho diz que está tentando transferência para um presídio estadual. E Beira-Mar dá força, se referindo a outros presos.

Beira-Mar: O que eu penso, você saindo daqui para um estadual, já é uma vitória, de lá você conseguiu ir para outro lugar igual o baby... O baby não, o Dinho está tentando ir para o Maranhão.

Marcinho VP: Eu também estou com um "corre" no Maranhão também, minha advogada está fazendo...

Fernandinho oferece ajuda. Na conversa com Marcinho, Beira-Mar dá outra sugestão.

Beira-Mar: O pastor Marcos não tem igreja lá?

Marcinho VP: Tem. Teve um problema com ele lá agora, lá no Rio. Prenderam ele lá no Rio.

O pastor Marcos Pereira é líder da Igreja Assembléia de Deus dos Últimos Dias. Ficou conhecido por ajudar, com a religião, a recuperar dependentes químicos e criminosos.

Ele está preso há três meses, acusado de estupro de fiéis. E é investigado por crimes de homicídio, associação ao tráfico de drogas e lavagem de dinheiro.

José Júnior foi um dos que denunciaram o pastor.

Nós fizemos denúncias sobre ele, uma pessoa que estupro. Que há 20 anos havia uma suspeita, só que ninguém teve coragem de fazer essa denúncia. Eu e outras pessoas tivemos essa coragem e fizemos isso, e sempre soubemos que sofreríamos retaliações, cara", afirma José Júnior.

Na conversa entre os dois traficantes, Marcinho VP acusa José Júnior de ter forjado as denúncias.

Marcinho VP: vítima daquelas acusações levianas lá, que estava lá, do Júnior. Compraram um montão de testemunhas para dar depoimento contra ele..."

Beira-Mar reforça a acusação contra José Júnior. E diz a frase que chamou a atenção da polícia.

Beira-Mar: Tipo assim, compraram, é eufemismo, foi o Juninho que estava por traz disso né. Tinha que mandar um salve lá para ele.

Segundo a polícia, a expressão 'salve', na linguagem dos bandidos, significa ataque, represália.

Dezesseis dias depois dessa conversa aconteceu o primeiro ataque ao Afroreggae. No dia dois de agosto, os dois foram punidos com dez dias de isolamento.

O promotor que ajudou na condenação de Marcinho VP diz que a autorização para o encontro de dois bandidos tão perigosos é sempre um risco.

"Talvez tenha se menosprezado o poder que esses dois ainda ostentam. Se na unidade mais segura que nós temos no Brasil eles conseguem fazer o que fizeram, quem dirá o que fariam se estivessem em qualquer outra unidade, em qualquer outro Estado do Brasil", destaca o promotor André Guilherme Freitas.

O delegado que investiga os atentados foi até Catanduvas ouvir Fernandinho Beira-Mar e Marcinho VP.

O Fantástico também teve acesso aos depoimentos.

Beira-Mar disse que não deu qualquer ordem para os atentados porque não tem esse poder e porque não teria motivos.

Marcinho VP também negou envolvimento nos atentados. E disse que entendeu a expressão 'dar um salve' como mandar um alô, um recado para que José Junior e o pastor Marcos parassem de brigar.

A polícia não acredita nessas versões. "Nenhum chefe de favela realiza qualquer ação sem que o chefe da facção autorize esta ação. Pelo que a gente tem informações, o chefe da facção, como, des-

sa facção, seria o Marcinho VP, diz o delegado Márcio Mendonça.

O advogado do pastor Marcos Pereira diz que a conversa entre os traficantes é uma prova da inocência do seu cliente.

"Para mim, é uma prova contundente, cabal, de que infelizmente o pastor Marcos Pereira da Silva está sofrendo injúrias. Eu estou requerendo inclusive que este acusador-mor, José Junior, seja ouvido pela Justiça", declara o advogado Luiz Carlos Silva Neto.

Junior nega que tenha forjado testemunhas como disseram os traficantes. "Quando eles falam que a gente está pagando, a informação não é uma informação correta. Então eu acho que existe também interesses de outras pessoas, de colocarem eles contra a gente", diz.

E diz que teme pela vida de jovens ajudados pelo AfroReggae.

"A situação hoje é uma situação muito difícil, muito delicada, e não é delicada para mim, é delicada pra quem é do AfroReggae e mora lá dentro", destaca.



Marcinho VP estava de malas e cuias prontas para Pedrinhas

## TJ esclarece matéria do Fantástico

O Desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão, e o juiz Carlos Roberto Oliveira de Paula, da 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís, concederam entrevista coletiva na manhã desta segunda-feira (12), prestando esclarecimentos sobre a matéria veiculada na noite de domingo (11), no programa Fantástico, da Rede Globo, que noticiou a possível transferência do traficante Fernandinho Beira Mar para o Maranhão, pelo alegado envolvimento com um desembargador do Estado.

Froz Sobrinho negou a existência de qualquer pedido judicial ou administrativo para transferência do preso para o Maranhão, explicando que nenhum desembargador possui competência legal para decidir acerca desse tipo de pedido, que são de exclusiva responsabilidade da 1ª Vara de Execuções Penais da capital.

Segundo ele, ainda que houvesse o pedido, a transferência seria inviável pela falta de estrutura do sistema prisional, que atualmente enfrenta uma superlotação incapaz de abrigar os próprios presos do Estado, sem possuir a infraestrutura especial exigida para receber presos com as características de Fernandinho Beira Mar e Marcinho VP. "Não temos em todo o Maranhão nenhuma unidade de segurança máxima, não teríamos como receber um preso transferido de uma unidade federal", informou.

O juiz Roberto de Paula classificou como absurda a notícia veiculada, considerando o sistema prisional "caótico" do Maranhão, que não oferece condições

mínimas para trabalhar a ressocialização dos presos já existentes. Ele reafirmou a inexistência de pedido para transferência de preso em andamento na 1ª VEP e a falta de condições estruturais do sistema prisional, que possui capacidade para 1.200 presos e hoje abriga a média de 3 mil, entre provisórios e definitivos. "Temos situações absurdas com verdadeiras masmorras em São Luís, com presos provisórios e definitivos dentro da mesma cela", informou.

Sobre o envolvimento com algum dos desembargadores do Maranhão, Froz Sobrinho declarou ser impossível a ligação com algum dos membros da ativa e a probabilidade de se tratar do advogado de Fernandinho Beira Mar, o desembargador maranhense Luis de Almeida Teles, já aposentado. "Todos sabemos da contratação do ex-desembargador Teles como advogado de Fernandinho Beira Mar, talvez esteja se referindo a ele", disse.

O juiz anunciou que a afirmação feita na reportagem sobre o envolvimento de algum dos membros do TJMA com o traficante será objeto de apuração investigativa interna, e repassada ao Corregedor Nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, para que sejam procedidas as investigações necessárias, considerando o privilégio da informação e a segurança dos magistrados.

As informações constam em Nota de Esclarecimento assinada pelo presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior; além do coordenador do Grupo de Monitoramento Carcerário, desembargador Froz Sobrinho, e o juiz Roberto de Paula, que responde pela 1ª Vara de Execuções Penais.

# TJMA ESCLARECE SOBRE "LIGAÇÃO" DE MAGISTRADO COM BEIRA MAR

*De acordo com matéria veiculada no Fantástico, o traficante alega ter envolvimento com um desembargador do Estado e, por conta disso, acredita em uma possível transferência para o Maranhão*

O desembargador Froz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), e o juiz Carlos Roberto Oliveira de Paula, da 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís, concederam entrevista coletiva na manhã desta segunda-feira (12), prestando esclarecimentos sobre a matéria veiculada na noite de domingo (11), no programa Fantástico, da Rede Globo, que noticiou a possível transferência do traficante Fernandinho Beira Mar para o Maranhão, pelo alegado envolvimento com um desembargador do Estado. **(Página 03)**



**Desembargador Froz Sobrinho e o juiz Roberto de Paula prestam esclarecimentos**

# TJMA esclarece sobre "ligação" de magistrado com Beira Mar

*De acordo com matéria veiculada no Fantástico, o traficante alega ter envolvimento com um desembargador do Estado e, por conta disso, acredita em uma possível transferência para o Maranhão*

O desembargador Froz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), e o juiz Carlos Roberto Oliveira de Paula, da 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís, concederam entrevista coletiva na manhã desta segunda-feira (12), prestando esclarecimentos sobre a matéria veiculada na noite de domingo (11), no programa Fantástico, da Rede Globo, que noticiou a possível transferência do traficante Fernandinho Beira Mar para o Maranhão, pelo alegado envolvimento com um desembargador do Estado.

Froz Sobrinho negou a existência de qualquer pedido judicial ou administrativo para transferência do preso para o Maranhão, explicando que nenhum desembargador possui competência legal para decidir acerca desse tipo de pedido, que são de exclusiva responsabilidade da 1ª Vara de Execuções Penais da capital.

Segundo ele, ainda que houvesse o pedido, a transferência seria inviável pela falta de estrutura do sistema prisional, que atualmente enfrenta uma superlotação incapaz de abrigar os próprios presos do Estado,

sem possuir a infraestrutura especial exigida para receber presos com as características de Fernandinho Beira Mar e Marcinho VP.

"Não temos em todo o Maranhão nenhuma unidade de segurança máxima. Não teríamos como receber um preso transferido de uma unidade federal", informou.

'NOTÍCIA ABSURDA' - O juiz Roberto de Paula classificou como absurda a notícia veiculada, considerando o sistema prisional "caótico" do Maranhão, que não oferece condições mínimas para trabalhar a ressocialização dos presos já existentes.

Ele reafirmou a inexistência de pedido para transferência de preso em andamento na 1ª VEP e a falta de condições estruturais do sistema prisional, que possui capacidade para 1.200 presos e hoje abriga a média de 3 mil, entre provisórios e definitivos. "Temos situações absurdas com verdadeiras masmorras em São Luís, com presos provisórios e definitivos dentro da mesma cela", informou.



Desembargador Froz Sobrinho e o juiz Roberto de Paula prestam esclarecimentos

Sobre o envolvimento com algum dos desembargadores do Maranhão, Froz Sobrinho declarou ser impossível a ligação com algum dos membros da ativa e a probabilidade de se tratar do advogado de Fernandinho Beira Mar, o desembargador maranhense Luis de Almeida Teles, já aposentado.

"Todos sabemos da contratação do ex-desembargador Teles como advogado de Fernandinho Beira Mar, talvez esteja se referindo a ele", disse.

**A DENÚNCIA SERÁ INVESTIGADA** - O juiz anunciou que a afirmação feita na reportagem sobre o envolvimento de algum dos membros do

TJMA com o traficante será objeto de apuração investigativa interna, e repassada ao Corregedor Nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, para que sejam procedidas as investigações necessárias, considerando o privilégio da informação e a segurança dos magistrados.

As informações constam em Nota de Esclarecimento (ANEXO) assinada pelo presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior; além do coordenador do Grupo de Monitoramento Carcerário, desembargador Froz Sobrinho, e o juiz Roberto de Paula, que responde pela 1ª Vara de Execuções Penais.

## • Programação

Catálogos de documentos manuscritos do Judiciário, selo e carimbo postais serão lançados nesta terça-feira (13), às 10h, no auditório do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), como parte da programação comemorativa dos 200 anos da Corte, que ocorre em 4 de novembro. Várias autoridades serão homenageadas no evento, quando ocorrerá também a premiação do Concurso de Redação sobre o bicentenário.

## • Prêmios

A programação comemorativa - coordenada pelo presidente da Comissão Comemorativa dos Anos do TJMA, desembargador Lourival Serejo - terá encerramento com a entrega da premiação às estudantes Henriqueta Feitosa Rabelo, vencedores do Concurso de Redação sobre os 200 anos do TJMA, que teve como foco a importância da missão institucional da Corte na sociedade.

## MANOBRA

## Adiado depoimento de envolvido no Caso Décio Sá

Uma liminar concedida pelo desembargador José Luiz Almeida suspendeu o depoimento do advogado Ronaldo Henrique Santos Ribeiro, último denunciado na morte do jornalista Décio Sá, pelos crimes de homicídio triplamente qualificado e formação de quadrilha. O advogado seria ouvido na manhã de ontem (12) pelo juiz titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri, Osmar Gomes dos Santos, no Salão do Júri, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no bairro do Calhau. O juiz remarcou a tomada do depoimento para o dia 9 de setembro.

Segundo acusação oferecida

pelo Ministério Público Estadual, Ronaldo Henrique Santos Ribeiro integrava a rede de agiotas liderada por Gláucio Alencar Pontes Carvalho, de 34 anos, e seu pai, José de Alencar Miranda Carvalho, de 72 anos; apontados como mandantes e financiadores do crime.

Em fevereiro, em sessão presidida pelo juiz auxiliar Márcio Castro Brandão, o advogado denunciado teve o processo desmembrado dos demais acusados, após constantes pedidos de suspensão dos depoimentos, por parte de sua defesa.

Segundo investigou a Polícia Civil do Maranhão, Ronaldo Ri-

beiro atuava como uma espécie de “consultor jurídico” da rede de agiotagem e teria cedido o próprio escritório para várias reuniões da quadrilha. No dia 9 de maio de 2013, segundo as investigações, o local de trabalho do advogado, localizado na Península da Ponta d’Areia, teria servido para o acerto financeiro da morte do empresário Fábio dos Santos Brasil Filho, o Fábio Brasil, de 33 anos, executado no dia 31 de março, em Teresina-PI, por acumular dívidas com os agiotas. Foi por denunciar a ligação do bando com este crime que Décio Sá foi morto.

## Reação togada (1)

Caiu como uma bomba no meio judiciário maranhense a informação do Fantástico, de domingo passado, segundo a qual o chefe do tráfico, Fernandinho Beira-Mar, estaria cavando sua transferência para a penitenciária do Maranhão. Em conversas grampeadas, ele insinua que tem um desembargador de "costas quentes", que estaria por trás da operação.

## Reação togada (2)

Ontem, o desembargador Fróz Sobrinho, que coordenada monitoramento penitenciário, deu entrevista, negando qualquer pedido de transferência de presos para o Maranhão. Logo quem, Beira-Mar, um dos mais perigosos facínoras do Brasil, conforme classificou a Associação dos Magistrados do Maranhão, em nota oficial. Era só o que faltava. Notícia sem pé nem cabeça.

## Reação togada (3)

Do jeito que fogem presos de Pedrinhas e de outras penitenciárias do Maranhão, seria o cúmulo dos absurdos trazer Beira-Mar para uma delas. Seria o mesmo que tirar-lhes as algemas e mandá-lo para casa. Ou melhor, para o comando de suas organizações criminosas. O sistema penitenciário do Maranhão está buscando é cadeias federais seguras para os seus presos perigosos.

## Justiça esclarece envolvimento de Beira-Mar com desembargador

'BEIRA MAR' NO MA

### TJMA esclarece matéria exibida pelo "Fantástico"

O desembargador Froz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), e o juiz Carlos Roberto Oliveira de Paula, da 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís, prestaram esclarecimentos sobre a matéria veiculada na noite do último domingo (11), no programa Fantástico, da Rede Globo, que noticiou a possível transferência do traficante "Fernandinho Beira-Mar" para o Maranhão, pelo alegado envolvimento com um desembargador do estado.

Froz Sobrinho negou a existência de qualquer pedido judicial ou administrativo para transferência do preso para o Maranhão, explicando que nenhum desembargador possui competência legal para

decidir acerca desse tipo de pedido, que são de exclusiva responsabilidade da 1ª Vara de Execuções Penais da capital.

Segundo ele, ainda que houvesse o pedido, a transferência seria inviável pela falta de estrutura do sistema prisional, que atualmente enfrenta uma superlotação incapaz de abrigar os próprios presos do Estado, sem possuir a infraestrutura especial exigida para receber presos com as características de Fernandinho Beira Mar e Marcinho VP.

"Não temos em todo o Maranhão nenhuma unidade de segurança máxima. Não teríamos como receber um preso transferido de uma unidade federal", informou.

O juiz Roberto de Paula classificou como absurda a notícia ve-

culada, considerando o sistema prisional "caótico" do Maranhão, que não oferece condições mínimas para trabalhar a ressocialização dos presos já existentes.

Ele reafirmou a inexistência de pedido para transferência de preso em andamento na 1ª VEP e a falta de condições estruturais do sistema prisional, que possui capacidade para 1.200 presos e hoje abriga a média de 3 mil, entre provisórios e definitivos. "Temos situações absurdas com verdadeiras masmorras em São Luís, com presos provisórios e definitivos dentro da mesma cela", informou.

Sobre o envolvimento com algum dos desembargadores do Maranhão, Froz Sobrinho declarou ser impossível a ligação com algum dos membros da ativa e a probabilidade

de se tratar do advogado de "Fernandinho Beira Mar", o desembargador maranhense Luis de Almeida Teles, já aposentado. "Todos sabemos da contratação do ex-desembargador Teles como advogado de Fernandinho Beira-Mar, talvez esteja se referindo a ele", disse.

O juiz anunciou que a afirmação feita na reportagem sobre o envolvimento de algum dos membros do TJMA com o traficante será objeto de apuração investigativa interna, e repassada ao Corregedor Nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, para que sejam procedidas as investigações necessárias, considerando o privilégio da informação e a segurança dos magistrados.

## Pedida a interdição de unidades de ressocialização de adolescentes na capital

As unidades Alto da Esperança e Canaã, da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), não assegurariam condições de ressocialização adequada dos menores. URBANO 3

### SOLICITAÇÃO

# Unidades de ressocialização podem ser interditadas

Presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente irá pedir a interdição das unidades Alto da Esperança e Canaã. Internos podem voltar para suas famílias. Maria Ribeiro da Conceição acredita que índices de criminalidade na faixa etária se dá por falta de condições adequadas

SANDRA VIANA

O Conselho Estadual da Criança e do Adolescente irá pedir a interdição das unidades Alto da Esperança (internação, no Alto da Esperança) e Canaã (provisória para meninos, no Vinhais). O órgão visitou todas as unidades de ressocialização da capital e constatou que estas duas estão em total inadequação com o que prevê o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e a Resolução 05/98. "Se o Estado, que é o responsável, não garante a ressocialização adequada, é melhor deixar estes menores em suas casas, junto à família", afirma a coordenadora do Centro de Defesa Marcos Passerini e presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, Maria Ribeiro da Conceição.

O Sinase e a Resolução propõem um atendimento pautado na educação pedagógica e não coercitiva; a regionalização das unidades, para que o menor infrator seja acompanhado pela família; e a formação dos educadores que atuam nestes locais. Caso seja confirmada a interdição, os jovens acolhidos nestas unidades devem ser enviados para casa para dar continuidade ao cumprimento da medida socioeducativa. O relatório final do trabalho será apresentado em reunião, dia 27 deste mês, em que serão convocados representantes do Tribunal de Justiça (TJ) e Ministério Público do Maranhão (MPE).

O estado possui dois centros de internação para menores infratores: o Centro de Juventude

Esperança (Funac da Maiobinha), que está interditado desde 2012, para adequação, a pedido do Ministério Público; e o centro Alto da Esperança, que abriga 11 adolescentes. A capital possui o centro para meninos Canaã, no Vinhais (provisória); Nova Jerusalém (semi-liberdade para meninos); e a Florence, no bairro Anil (provisória e internação definitiva para meninas).

### Reformas

A Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), órgão vinculado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc), em nota, informa que já tomou todas as providências para a reestruturação da Unidade da Maiobinha, interditada em julho do ano passado. No local não nenhum adolescente cumprindo medidas socioeducativas.

Um novo prédio está sendo preparado para receber os adolescentes em conflito com a lei e o projeto arquitetônico atende aos critérios exigidos pela Lei nº 12.594/2012 (Sinase). O projeto já foi aprovado e aguarda conclusão da licitação na Secretaria de Estado de Infraestrutura (Sinfra), para que seja executado. A data não foi informada. Estão previstas ainda reformas de ampliação na Unidade Florescer (de internação feminina) e na Unidade Canaã.

### ECA não é cumprido

A presidente do conselho rebate ainda as colocações do secretário



Se o Estado, que é o responsável, não garante a ressocialização adequada, é melhor deixar estes menores em suas casas, junto à família

**Maria Ribeiro da Conceição**, coordenadora do Centro de Defesa Marcos Passerini e presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente

estadual de Segurança Pública (SSP), Aluísio Mendes, quanto à culpabilidade do adolescente que comete infrações e da necessidade de mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Segundo ela, os índices de criminalidade nesta faixa etária se dá pelo fato de o Estado e município não oferecem as condições adequadas para uma vida digna ao adolescente, nem para a ressocialização do jovem infrator.

Dados da SSP, 75% dos assaltos a coletivos, 60% dos casos de tráfico de drogas e 36% dos homicídios na Grande Ilha são cometidos por menores. Um número que alarma, mas que chegou a ao extremo pela falta de investimento em educação, lazer e unidades de ressocialização adequadas, enfatiza a presidente do Conselho. Ela afirma também que as determinações do ECA não são executadas, o que soma para os altos registros. "Se o que diz ali fosse cumprido, nem precisaríamos de medidas socioeducativas ou unidades de ressocialização para menores", garante.



75% dos assaltos a ônibus são cometidos por menores

O estatuto, pontua ela, traz os direitos e também os deveres do adolescente, independente da classe social. Assim, avalia, se os direitos fossem garantidos, os deveres, que incluem o cumprimento de medidas em unidades nos casos de infração, seriam muito menores. "O estatuto não se aplica só para atos infracionais, mas para assegurar a dignidade de todo jovem", enfatiza. Segundo ela, os jovens se deixam enganar "porque não estão preparados, não foram educados e não tiveram oportunidades". A reportagem tentou contato com o promotor da Criança e do Adolescente, Marcio Thadeu, mas ele não foi localizado.



NEIDSON MOREIRA/COMPIDA PRESS - 05/06/2012

Por conta da falta de estrutura, Unidade da Funac da Maiobinha está fechada e nenhum adolescente está cumprindo medidas socioeducativas

# TJMA diz que "Beira Mar" não virá para o Maranhão

O desembargador Froz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), e o juiz Carlos Roberto Oliveira de Paula, da 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís, concederam entrevista coletiva na manhã desta segunda-feira (12), prestando esclarecimentos sobre a matéria veiculada na noite de domingo (11), no programa Fantástico, da Rede Globo, que noticiou a possível transferência do traficante Fernandinho Beira Mar para o Maranhão, pelo alegado envolvimento com um desembargador do Estado. **Página 3**

## Denúncia

# TJMA esclarece matéria do Fantástico sobre envolvimento de magistrado com Fernandinho Beira Mar



Desembargador Froz Sobrinho e o juiz Roberto de Paula prestam esclarecimentos sobre matéria do Fantástico

O desembargador Froz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), e o juiz Carlos Roberto Oliveira de Paula, da 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís, concederam entrevista coletiva na manhã desta segunda-feira (12), prestando esclarecimentos sobre a matéria veiculada na noite de domingo (11), no programa Fantástico, da Rede Globo, que noticiou a possível transferência do traficante Fernandinho Beira Mar para o Maranhão, pelo alegado envol-

vimento com um desembargador do Estado.

Froz Sobrinho negou a existência de qualquer pedido judicial ou administrativo para transferência do preso para o Maranhão, explicando que nenhum desembargador possui competência legal para decidir acerca desse tipo de pedido, que são de exclusiva responsabilidade da 1ª Vara de Execuções Penais da capital.

Segundo ele, ainda que houvesse o pedido, a transferência seria inviável pela falta de estrutura do sistema prisional, que atualmente en-

frenta uma superlotação incapaz de abrigar os próprios presos do Estado, sem possuir a infraestrutura especial exigida para receber presos com as características de Fernandinho Beira Mar e Marcinho VP.

"Não temos em todo o Maranhão nenhuma unidade de segurança máxima. Não teríamos como receber um preso transferido de uma unidade federal", informou.

O juiz Roberto de Paula classificou como absurda a notícia veiculada, considerando o sistema prisional "caótico" do Maranhão, que não oferece condições mínimas para trabalhar a ressocialização dos presos já existentes.

Ele reafirmou a inexistência de pedido para transferência de preso em andamento na 1ª VEP e a falta de condições estruturais do sistema prisional, que possui capacidade para 1.200 presos e hoje abriga a média de 3 mil, entre provisórios e definitivos. "Temos situações absurdas com verdadeiras masmorras em São Luís, com presos

provisórios e definitivos dentro da mesma cela", informou.

Sobre o envolvimento com algum dos desembargadores do Maranhão, Froz Sobrinho declarou ser impossível a ligação com algum dos membros da ativa e a probabilidade de se tratar do advogado de Fernandinho Beira Mar, o desembargador maranhense Luis de Almeida Teles, já aposentado.

"Todos sabemos da contratação do ex-desembargador Teles como advogado de Fernandinho Beira Mar, talvez esteja se referindo a ele", disse.

O juiz anunciou que a afirmação feita na reportagem sobre o envolvimento de algum dos membros do TJMA com o traficante será objeto de apuração investigativa interna, e repassada ao Corregedor Nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, para que sejam procedidas as investigações necessárias, considerando o privilégio da informação e a segurança dos magistrados.

**200 anos**

## Judiciário abre programação comemorativa do TJMA

Catálogos de documentos manuscritos do Judiciário, selo e carimbo postais serão lançados nesta terça-feira (13), às 10h, no auditório do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), como parte da programação comemorativa dos 200 anos da Corte, que ocorre em 4 de novembro. Várias autoridades serão homenageadas no evento, quando ocorrerá também a premiação do Concurso de Redação sobre o bicentenário.

A programação comemorativa – coordenada pelo presidente da Comissão Comemorativa dos 200 Anos do TJMA, desembargador Lourival Serejo – terá encerramento com a entrega da premiação às estudantes Henriqueta Feitosa Rabelo e Carla Medeiros dos Anjos, vencedoras do Concurso de Redação sobre os 200 anos do TJMA, que teve como foco a importância da missão institucional da Corte na sociedade.

## ■ Chegou para ficar

O juiz encarregado do caso Décio, Osmar Gomes, ao ser questionado sobre a constante troca de magistrados no processo, disse que com ele a coisa é diferente, e prometeu dar celeridade para a conclusão do julgamento.

E foi bem claro: “Estou na Vara, vou permanecer nesta Vara e não vou permitir este tipo de coisa”, disse o magistrado, numa referência à tentativa de manobra de advogados para retardar o andamento da matéria.

## Comarca de Morros ganhará novo fórum na quinta-feira

A Comarca de Morros, localizada a 100 quilômetros de São Luís, receberá o novo prédio do fórum nesta quinta-feira (15). A nova casa do judiciário em Morros é um prédio novo, construído pelo Tribunal de Justiça e que, segundo informações da juíza titular da comarca, Marcela Lobo, apresenta instalações modernas e satisfatórias.

As instalações do novo fórum têm: salão do júri com sala secreta; salas para testemunhas de acusação e de defesa; sala do réu; cozinha; secretaria com setor de atendimento; distribuição; sala de audiências; sala da assessoria; gabinete da juíza; sala da OAB para advogados; sala para o Ministério Público; Centro

de Processamento de Dados; e depósito.

O prédio possui apenas um pavimento, com possibilidade de ampliação para segunda vara. "Hoje o fórum possui um acervo de 2.650 processos. E isso porque já diminuímos consideravelmente. Quando chegamos aqui, em março deste ano, eram quase 3.300 processos", destaca Marcela Lobo.

A magistrada informou ainda que são seis servidores do quadro na Secretaria, além de secretária judicial e uma assessora. O terreno, de aproximadamente 1.900m<sup>2</sup>, onde foi erguido o imóvel, foi doado pela Prefeitura de Morros e possui estacionamento próprio.

## Ocupação de cargos comissionados por oficiais de Justiça está limitada às Centrais de Mandados

A permanência de oficiais de Justiça à disposição em cargos comissionados ocorrerá somente nas Centrais de Mandados das comarcas de São Luís e Imperatriz, conforme decisão unânime do Pleno do Tribunal de Justiça.

Nos demais casos – em que os oficiais de Justiça exerçam cargos comissionados em varas judiciais, gabinetes e outras unidades do Poder Judiciário – a Corte estadual de Justiça ratificou a determinação para que estes retornem às funções de origem num prazo de 60 dias, a contar do dia 17 de julho.

“Aqueles que quiserem permanecer nos cargos comissionados podem optar pela exoneração do cargo efetivo”, explica o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha.

Dados da Diretoria de Recursos

Humanos do TJ-MA apontam que Justiça estadual tem hoje em seu quadro de servidores 562 oficiais de Justiça, sendo 147 em entrância inicial, 235 em entrância intermediária e 180 na comarca de São Luís. Sete deles ocupam cargos em comissão. Cinco estão lotados nas centrais de mandados.

“Há carência de oficiais nas comarcas. Onde existem apenas dois oficiais, a prestação jurisdicional fica comprometida quando um desses é destacado para ocupar cargo em comissão”, ressalta Cleones Cunha.

O corregedor-geral diz que, de acordo com o Código de Organização Judiciária, os oficiais de justiça são também serventuários judiciais, tendo fé pública na prática de seus atos. “Eles não podem ser substituídos por outro servidor que não tenha as mesmas atribuições”, afirma.

## Concurso público de Cajari é suspenso por irregularidades

A pedido do Ministério Público, o Poder Judiciário determinou na última sexta-feira (9), a suspensão do contrato da empresa Átrio Consultores Associados, firmado para a realização de concurso público no município de Cajari. A suspensão inclui, ainda, o bloqueio dos valores recolhidos como taxa de inscrição dos candidatos até o julgamento final da ação.

A ação foi assinada pela promotora de justiça Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Viana, da qual Cajari é termo judiciário. Em fevereiro de 2013, o Município de Cajari firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o MPMA se comprometendo a realizar concurso público para provimento de cargos da estrutura administrativa da cidade.

O acordo estabeleceu que a escolha da instituição responsável pelo concurso deveria seguir todos os trâmites legais, incluindo a realização de licitação, de acordo com a Lei nº 8.666/93, além de permitir ampla divulgação e acom-

panhamento integral de todos os atos pelos cidadãos, vereadores e Ministério Público.

Em julho, a Prefeitura de Cajari divulgou o Edital de Abertura de Concurso Público nº 01/2013, sob a responsabilidade da Átrio Consultores Associados, permitindo as inscrições apenas via internet. Ao investigar a empresa, o Ministério Público descobriu que esta apresenta como atividade econômica principal a oferta de cursos preparatórios para concursos, consultoria e auditoria contábil-tributária e consultoria em gestão empresarial, sem qualquer experiência anterior na realização de concursos.

Na ação, a promotora Ana Carolina Leite questionou a contratação sem processo licitatório de uma empresa de Minas Gerais que jamais realizou um concurso público. Ela contestou o fato de que as certidões necessárias para qualquer empresa firmar contrato com um ente público só foram emitidas nos dias 8 e 9 de julho, apenas 20 dias antes da publicação do edital.

**BEIRA-MAR E O DESEMBARGADOR*****Tribunal anuncia investigação  
sobre a denúncia do Fantástico***

O desembargador Froz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça, e o juiz Carlos Roberto Oliveira de Paula, da 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís, anunciaram, ontem, em entrevista coletiva, que a denúncia do Fantástico será objeto de apuração investigativa interna.

**ÚLTIMA PÁGINA**

**FERNANDINHO BEIRA-MAR E O DESEMBARGADOR**

# Tribunal anuncia investigação sobre a denúncia do Fantástico

O desembargador Froz Sobrinho, coordenador da Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça, e o juiz Carlos Roberto Oliveira de Paula, da 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís, anunciaram, ontem, em entrevista coletiva, que a denúncia do programa Fantástico (Rede Globo), deste domingo, sobre o envolvimento de um desembargador maranhense com o traficante Fernandinho Beira-Mar, será objeto de apuração investigativa interna.

O resultado dessa investigação, segundo os magistrados, será repassado ao corregedor nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, para que sejam procedidas as investigações necessárias, "considerando o privilégio da informação e a segurança dos magistrados", observaram.

Froz Sobrinho declarou ser impossível a ligação de Fernandinho Beira-Mar com algum desembargador em atividade no Tribunal de Justiça do Maranhão, admitindo que pode

se tratar do advogado do traficante, desembargador maranhense, já aposentado, Luís de Almeida Teles. "Todos sabemos da contratação do ex-desembargador Teles como advogado de Fernandinho Beira-Mar. Talvez esteja se referindo a ele", disse.

Sobrinho e Carlos Roberto de Paula concederam entrevista na manhã de ontem e prestaram todos os esclarecimentos sobre a matéria veiculada na noite de domingo (11), no programa Fantástico, da Rede Globo, que noticiou a possível transferência do traficante Fernandinho Beira-Mar para o Maranhão, pelo alegado envolvimento com um desembargador do Estado.

Froz Sobrinho negou a existência de qualquer pedido judicial ou administrativo para transferência do preso para o Maranhão, explicando que nenhum desembargador possui competência legal para decidir acerca desse tipo de pedido, que são de exclusiva responsabilidade

da 1ª Vara de Execuções Penais da capital.

Segundo ele, ainda que houvesse o pedido, a transferência seria inviável pela falta de estrutura do sistema prisional, que atualmente enfrenta uma superlotação incapaz de abrigar os próprios presos do estado, sem possuir a infraestrutura especial exigida para receber presos com as características de Fernandinho Beira-Mar e Marcinho VP.

"Não temos em todo o Maranhão nenhuma unidade de segurança máxima. Não teríamos como receber um preso transferido de uma unidade federal", informou. O juiz Roberto de Paula classificou como absurda a notícia veiculada, considerando o sistema prisional "caótico" do Maranhão, que não oferece condições mínimas para trabalhar a ressocialização dos presos já existentes.

Ele reafirmou a inexistência de pedido para transferência de preso em andamento na 1ª VEP e a falta

de condições estruturais do sistema prisional, que possui capacidade para 1.200 presos e hoje abriga a média de 3 mil, entre provisórios e definitivos. "Temos situações absurdas com verdadeiras masmorras em São Luís, com presos provisórios e definitivos dentro da mesma cela", informou.

O juiz anunciou que a afirmação feita na reportagem será apurada e repassada ao Corregedor Nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, para que sejam procedidas as investigações necessárias, considerando o privilégio da informação e a segurança dos magistrados.

As informações constam em Nota de Esclarecimento assinada pelo presidente do TJ-MA, desembargador Antônio Guerreiro Júnior; além do coordenador do Grupo de Monitoramento Carcerário, desembargador Froz Sobrinho, e o juiz Roderto de Paula, que responde pela 1ª Vara de Execuções Penais.



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
SECRETARIA DA 9ª VARA CÍVEL  
FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA  
Rua Professor Carlos Cunha, S/N - Calhau, 6º andar  
CEP.: 65.076-820 - São Luís - MA  
☎ (098) 3194-5498

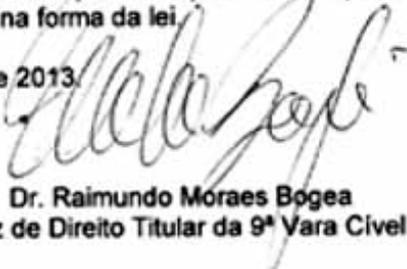
### EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS

Reg. Distribuição : 2641-32.2005.8.10.0001  
Denominação : USUCAPIÃO  
Parte(s) Requerente(s) : JOMAR ROLLAND BRAGA FILHO

Citando(a) (s): HERDEIROS DE RAIMUNDA PASSOS NOGUEIRA, com endereço incerto e não sabido.

**FINALIDADE:** Citação das pessoas acima nomeadas, para querendo, ofertar resposta aos termos da inicial da demanda supra caracterizada, no prazo de quinze dias, que terá início findo o lapso temporal de sessenta dias indicado neste, sob as cominações da revelia e confissão. E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente, o qual será afixado no local de costume e publicado na forma da lei.

São Luís, 1 de agosto de 2013.

  
Dr. Raimundo Moraes Boguea  
Juiz de Direito Titular da 9ª Vara Cível

## Judiciário abre programação comemorativa dos 200 anos do TJ

Catálogos de documentos manuscritos do Judiciário, selo e carimbo postais serão lançados nesta terça-feira (13), às 10h, no auditório do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), como parte da programação comemorativa dos 200 anos da Corte, que ocorre em 4 de novembro. Várias autoridades serão homenageadas no evento, quando ocorrerá também a premiação do Concurso de Redação sobre o bicentenário.

A programação comemorativa – coordenada pelo presidente da Comissão Comemorativa dos 200 Anos do TJ-MA, desembargador Lourival Serejo – terá encerramento com a entrega da premiação às estudantes Henriqueta Feitosa Rabelo e Carla Medeiros dos Anjos, vencedoras do Concurso de Redação sobre os 200 anos do TJ-MA, que teve como foco a importância da missão institucional da Corte na sociedade.